



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ata Reunião CAEN nº 03 – 11 e 12/04/2019

1 Às treze horas e quinze minutos do dia onze de abril de 2019, reuniram-se, no
2 Auditório da Reitoria, os membros do Comitê Assessor de Ensino (CAEN), abaixo
3 nominados, para reunião/encontro de estudo e formação sobre o Ensino Médio. Na
4 abertura, o professor Édison fez uma breve apresentação pontuando os principais
5 tópicos a serem tratados no decorrer do encontro. Duas novas servidoras, do SAP
6 de SB e UG, foram apresentadas. Não havendo nenhuma manifestação, seguiu-se
7 a programação prevista. A lista de presença deste dia, bem como as atas de 2018 e
8 1 e 2 de 2019, impressas, foram repassadas para assinatura. A Assessora
9 Pedagógica Neila iniciou sua fala explicando que iria apresentar alguns elementos
10 do contexto nacional para entender as mudanças políticas, econômicas e sociais no
11 Ensino Médio e EPT. Deu espaço para os demais participantes contribuírem, no
12 decorrer de sua fala, com outros elementos que julgassem necessário. Neila
13 apresentou um panorama até os anos 2000. Joze e Daiele contribuíram com a fala,
14 apontando que alguns pontos pormenores, até então excluídos da LDB, têm sido
15 amarrados em novas resoluções. A seguir, Neila continuou sua fala com um
16 panorama dos anos 2000, suas mudanças e seus avanços no âmbito educacional.
17 Também apresentou alguns pontos da realidade do Sistema S, das Instituições
18 Públicas e Particulares de Ensino, tanto federais e estaduais, quanto municipais. Às
19 quinze horas iniciou o segundo momento da programação com a fala da Assessora
20 Pedagógica Daiele acerca das novas legislações educacionais sobre o Ensino
21 Médio. Primeiramente foi apresentado o compilado do *checklist* da Resolução
22 CONSUP nº 102/2013. Daiele explicou o motivo pelo qual ainda não foi possível dar
23 continuidade no processo de alterações da referida resolução institucional para os
24 cursos técnicos, mediante as novas legislações nacionais aprovadas em 2017 e no
25 final de 2018. Dessa forma, ao final deste encontro, será preciso definir o
26 posicionamento institucional frente às adequações, ou não, das diretrizes
27 institucionais e, conseqüentemente, dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs)
28 Técnicos ofertados pelo IFFar. Acerca do *checklist*, Daiele explicou que o compilado
29 de dez *campi* foi feito e já reencaminhado às Direções Gerais e Direções de Ensino.
30 Apresentou as principais sugestões de alterações e levantou alguns
31 questionamentos macro. Dentre as principais questões abordadas, as quais
32 precisarão de definição institucional, estão: definição de como iremos encaminhar
33 as orientações de natureza institucional para as diferentes estruturas do IFFar
34 (*Campi*/Polo/Centro de Referência [definir os mesmos encaminhamentos para todas
35 as unidades?]); atividade não presencial; redistribuição da carga horária (CH) -
36 Sociologia e Filosofia; Língua Inglesa, Centros de Idiomas; Língua Espanhola; CH
37 não presencial nos cursos PROEJA e metodologia diferenciada; CH presencial nos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

38 cursos EaD; BNCC. Ao longo da apresentação, esses pontos já começaram a ser
39 discutidos. Por isso, Daiele adiantou que momentos para essas discussões e
40 consequentes definições devem estar previstos no cronograma a ser elaborado pelo
41 grupo. Além dessas questões macro, outros pontos específicos da Instituição
42 também deverão ser definidos (p. ex., colegiado de curso, Núcleo Pedagógico
43 Integrado (NPI), coordenação dos cursos técnicos, entre outros). Professor Édison
44 explicou que o grupo já terá que definir alguns encaminhamentos, como a definição
45 do Inglês, com base na BNCC, a partir do ano que vem, ou aguardar as definições
46 da, até então, minuta das novas diretrizes em apreciação no CNE. Joze enfatizou
47 que as novas legislações também impactam nos cursos de Licenciatura e
48 Tecnologia, na alteração nos Catálogos Nacionais dos Cursos, conforme já
49 apontado nacionalmente. Joze deixou claro que estudo e definições precisam ser
50 feitas enquanto grupo de gestores do ensino, institucionalmente, pois não
51 dependem apenas da PROEN definir o andamento das alterações e aprovações das
52 diretrizes e dos PPCs, tendo em vista as futuras legislações em tramitação. Uma
53 das questões levantadas é que o art. 35-A, § 5º da LDB nº 9394/1996 (alterado pela
54 Lei nº 13.415/2017) prevê, no máximo, 1.800 horas para atendimento dos
55 conhecimentos apresentados na BNCC, o que impossibilitaria a organização
56 integrada dos nossos cursos técnicos integrados. Dando prosseguimento, Daiele
57 comentou sobre a possibilidade de composição de Itinerário Formativo Integrado,
58 conforme previsto pelo artigo 36, § 3º da LDB nº 9394/1996 (alterado pela Lei nº
59 13.415/2017), o que, do nosso ponto de vista, justificaria a oferta de CH superior a
60 1.800 horas para a BNCC. A seguir, apresentou um panorama da reforma com as
61 novas legislações: Lei 13.415/2017, BNCC (principais alterações: Currículo,
62 Formação de Professores, Material Didático e Avaliação a Exames Nacionais).
63 Apresentou a nova versão das Diretrizes Nacionais do Ensino Médio - Resolução nº
64 03, de 21 de novembro de 2018, uma resolução que foi aprovada muito
65 rapidamente, inclusive a assessoria pedagógica do IFFar realizou análise da minuta,
66 compartilhou com todos os *campi*, para incluir sugestões no período da consulta
67 pública, mas a resolução mesmo assim foi aprovada em um período muito rápido. A
68 Resolução traz diversos conceitos de termos relativos aos cursos de formação
69 técnica e programas de aprendizagens. Na sequência, Daiele problematizou as
70 temáticas relativas à certificação intermediária, certificação de conhecimentos e
71 aproveitamento de estudos. A Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018,
72 estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos (1.200 horas
73 de formação profissional) em conformidade e complementação às Diretrizes
74 Curriculares do Ensino Médio (Resolução nº 03/2018), reforça a orientação de
75 estabelecer e proporcionar as competências e habilidades na formação profissional.
76 Para finalizar a apresentação das legislações que estão organizando a oferta do
77 novo ensino médio, Daiele apresentou a Minuta da reformulação da Resolução



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

78 CNE/CEB nº 06/2012 e Resolução CNE/CP nº 03/2002. A apresentação da minuta
79 foi realizada a partir do material do conselheiro relator Rafael Luckesi que faria
80 reunião com os dirigentes dos Institutos, mas que em dia marcado não compareceu
81 na reunião. As principais mudanças apresentadas na minuta referem-se à
82 necessidade de cumprimento da CH da BNCC, à indicação de mudança do
83 Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e Tecnólogos, à organização dos eixos
84 tecnológicos e à inclusão de uma nova organização a áreas tecnológicas. A minuta
85 ainda citou-se a extinção da CONAE enfatizando o Código de Ocupações
86 Brasileiras (CBO) como referência e parâmetros para organizar os perfis de
87 egressos. Reafirmou-se questionamentos sobre a CH dos cursos, oferta de EaD,
88 base para a matriz orçamentária, entre outras preocupações diante do cenário que
89 se apresenta. O professor Édison citou que as bases teóricas para organizar os
90 currículos dos cursos estão mantidas, porém as condições para efetivar os
91 princípios de autonomia institucional não estão consolidadas, portanto, resta
92 resolver os encaminhamentos para os procedimentos de oferta dos cursos. Jozé
93 destacou que é importante demarcar a luta pela oferta da formação integrada.
94 Roberto questionou a orientação da lei no que trata sobre a CH dos cursos.
95 Explicou-se que os cursos ofertados na instituição já contemplam a CH mínima total
96 indicada na Lei nº 13.415/2017, a preocupação se efetivará caso seja necessário
97 diminuir a CH dos componentes do núcleo básico. Nádia citou que é necessário
98 considerar que as autoridades e equipes técnicas do atual governo estão em
99 constante mudança, no entanto, precisamos atentar que os pressupostos que
100 embasam tais alterações nas legislações e entendimentos educacionais não foram
101 iniciadas agora e que há grupos hegemônicos com interesse nas reformulações.
102 Édison e Neila explicaram que a proposta de alterações é extremamente
103 comprometida com o viés econômico. Jozé explicou a proposta de cronograma de
104 ações que a gestão de ensino vai assumir e realizar atendendo a legislação.
105 Reiterou-se a importância de dar uma devolutiva aos servidores dos *campi* a
106 respeito das mudanças nas resoluções e nos currículos dos cursos. Édison
107 esclareceu alguns riscos que poderemos assumir ao iniciar as tratativas sobre as
108 prováveis alterações nos PPCs ainda sem todas as normativas serem aprovadas.
109 Daiele chama atenção que precisaremos verificar como atender a BNCC, as
110 Resoluções, Portarias e Leis. Jozé citou que segundo a Lei nº 13.415/2017, art 12:
111 *Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das*
112 *alterações na Lei nº 9394/96, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano*
113 *letivo subsequente à data de homologação da BNCC, e iniciar o processo de*
114 *implementação, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação*
115 *da BNCC.* Considerando a indefinição, das resoluções e do provável novo CNCT,
116 nos permite aguardar as publicações para então imprimir alterações mais
117 consistentes nas organizações dos cursos. Daiele falou que neste momento será



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

118 possível adequar situações que comprovadamente não estão funcionando bem nos
119 currículos. Citou que neste momento será uma discussão qualificada, a fim de
120 melhorar o currículo referência (com ofertas múltiplas) e os de oferta individual de
121 cada *campus*. Daiele citou que uma das definições institucionais é a de não excluir
122 nenhuma das disciplinas que já constam nos currículos, no entanto podem ser
123 readequadas as CHs, a fim de qualificar os cursos e atender a lei. Em consenso foi
124 definido realizar, neste momento, adequações necessárias para cumprir a legislação
125 nacional, sem abandonar os princípios da formação integral. A decisão foi unânime
126 em dar continuidade ao processo de reformulação das Diretrizes Institucionais dos
127 Cursos Técnicos e PPCs, bem como a manutenção das disciplinas de Sociologia e
128 Filosofia, reorganizando a distribuição anual e CH, bem como inclusão, conforme a
129 obrigatoriedade da lei, da Língua Inglesa, avaliando conforme o eixo tecnológico a
130 permanência da oferta de Língua Espanhola. Seguiu-se a exposição de dúvidas e
131 de diálogos para definir procedimentos e prazos para os encaminhamentos das
132 decisões acerca das ações da equipe de gestão do ensino. Édison sinalizou a
133 vinculação de ajustes de CH com a matriz orçamentária CONIF, assim define-se
134 que não haverá aumento ou alteração de CH total dos cursos. Daiele falou do
135 histórico de promessa de encaminhar alterações curriculares e que este seria o
136 momento adequado para qualificar os projetos. Joze reiterou e argumentou que
137 com base na lei podemos aprimorar os currículos dos cursos. Considerando que
138 desde 2016 há solicitação de alterações, e que esSas alterações são no sentido de
139 qualificar o currículo, com base na avaliação de pertinência das mudanças
140 solicitadas. Aprovado por unanimidade a decisão de alterar os PPCs conforme as
141 necessidades institucionais para manter o currículo integrado. Ao pensar o
142 cronograma de ações, Daiele citou que precisa aprovar a nova versão das diretrizes
143 institucionais para os cursos técnicos (mudança da Resolução CONSUP nº
144 102/2013), principalmente no que tange as disciplinas: Filosofia, Sociologia e Língua
145 Inglesa. Para isso, seria importante ter um *checklist* complementar discutindo e
146 definindo o que fazer com a CH que possivelmente vier a sobrar, se forem ofertadas
147 as disciplinas de forma diferente de um período anual. Sugeriu-se a possibilidade
148 de abrir um espaço para registros de atividades extracurriculares, seguiu-se a
149 explanação de diferentes posicionamentos. A CGE de JC citou que o registro no
150 diário deve ser fidedigno às atividades que são desenvolvidas conforme participação
151 dos docentes e turmas. Édison retomou o encaminhamento para definição dos
152 procedimentos, Daiele sugere que o eixo se reúna e faça as proposições para,
153 posteriormente, encaminhar as alterações. A reunião finalizou, neste dia, às vinte
154 horas. No dia doze de abril, a reunião iniciou às oito horas, passando, de imediato,
155 às seguintes definições.

156 **Encaminhamentos (ver tabela com cronograma detalhado a seguir):**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- 157 1. Documento orientador com decisões desta reunião (cronograma) - PROEN -
158 até dia 16 de abril.
- 159 2. Panorama/devolutiva aos *campi* - CAEN - até final de abril.
- 160 3. Finalizar o *checklist* - CAEN - 13 de maio - videoconferência às 8h30 (partir
161 dos votos e das sugestões já enviadas pelos *campi* [votar no caso de empate]).
- 162 4. Oferta da segunda língua (o que fazer com os Centros de Idiomas [corrigir
163 PPCs] - verificar também com a PROEX e professores). Para definir isso no dia 13,
164 o CAEN precisará consultar previamente os professores da área das linguagens.
- 165 5. Momentos formativos com os docentes (na ocasião, o grupo discutiu sobre a
166 CH disponibilizada pelos docentes no PID [no mínimo duas horas para reunião geral
167 + reunião pedagógica do ensino]) - DE, CGE, Coordenadores e SAP.
- 168 6. Currículo referência para definição da base antes de alterar os PPCs
169 (definição interna no *campus* para posterior definição institucional entre os *campi*
170 com cursos de mesma oferta, tudo devidamente registrado em ata para aprovação
171 até o ano que vem). O período de trabalho ainda este ano é de aproximadamente
172 um semestre - até 30 de junho para fechamento da matriz referência. PROEN
173 auxiliará na dinâmica de organização do trabalho. Daele explicou que perfil do
174 egresso já está quase finalizado. O próximo passo será organizar cronograma de
175 trabalho, sugerindo períodos para reuniões por videoconferência entre as
176 coordenações dos cursos em diferentes *campi* para definição do currículo
177 referência. A definição das datas para estudo e discussões será realizada pelas
178 coordenações dos cursos de mesma oferta.
- 179 7. Reformulação dos PPCs - lembrar que turno de oferta e número de vagas
180 são definidos no PDI e não entrarão nas alterações dos PPCs: a) cursos com oferta
181 única ou até dois *campi* - finalizar e enviar à PROEN até 24 de agosto - para
182 aprovação na reunião do CONSUP de 24 de outubro; b) cursos com ofertas
183 *multicampi* - finalizar e enviar à PROEN até 11 de outubro - para aprovação na
184 reunião do CONSUP de 11 de dezembro.
- 185 8. Para dar andamento nas discussões e alterações das Diretrizes Institucionais
186 dos Cursos Superiores, tendo em vista o número reduzido de servidores na PROEN
187 e a demanda de trabalho, Édison questionou se os *campi* entendem a necessidade
188 de dar prosseguimento a este processo, ainda neste ano. Para isso, expôs que
189 precisaríamos de auxílio pedagógico dos *campi*. Janete complementou que, no
190 momento, há necessidade de alteração mais urgente na matriz curricular apenas do
191 curso de Administração. Acerca do trabalho proposto para um GT no ano passado,
192 após término do período previsto para o grupo de trabalho, não foi recebido nenhum
193 retorno. Janete também demonstrou preocupação em relação a concepções
194 equivocadas de algumas coordenações de curso que são levadas aos avaliadores
195 externos, como por exemplo, comentários do tipo: "PROEN não deixa NDE alterar o
196 PPC" (matriz curricular). Outra questão que também preocupa é a oferta de 20% na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

197 modalidade a distância nos cursos de graduação. Há uma ideia de como construir
198 esse processo, a ser apresentada ao grupo em outro momento, iniciando nos cursos
199 superiores com Conceito Preliminar de Curso (CPC) positivo. Para isso, o curso de
200 Formação Pedagógica - EaD precisa ser avaliado. Na oportunidade, Monique expôs
201 algumas questões de educação a distância, no sentido da necessidade de
202 capacitações para a atuação docente nesta modalidade. Neila também falou sobre a
203 necessidade de capacitação das ferramentas disponíveis no SIGAA, fomentando a
204 utilização dessas tecnologias.

205 9. Em reunião do CODIR, ano passado, foi apontada a necessidade de
206 momento formativo com os coordenadores. Assim, Édison sugeriu que esse
207 trabalho, com as questões supracitadas, seja iniciado em uma formação com os
208 coordenadores de cursos. A proposta seria dias 13 e 14 de junho, mas Analice
209 mencionou que neste período haverá troca de coordenações. Outra possibilidade
210 seria fazer a eleição um pouco antes. Assim, foi definido os dias 17 e 18 de
211 setembro para o momento de formação com os coordenadores dos Cursos
212 Técnicos e Superiores.

213 10. O Seminário Integrado da PROEN acontecerá dias 7, 8 e 9 de agosto.

214 11. Daiele lembrou sobre definição necessária acerca das atividades não
215 presenciais para o PROEJA (por isso, não seja possível finalizar totalmente o
216 *checklist* dia 13 de maio). Joze solicitou que o GT finalize até final de maio o estudo
217 sobre as linhas metodológicas para organização do PROEJA. Cléia disse que
218 haverá reunião semana que vem e até dia 13 de maio já terá a proposta para ser
219 apresentada na reunião do CAEN.

220 **Posteriormente foi passado a outros assuntos específicos do CAEN:**

221 1. Lançamento de frequência no SIGAA: definiu-se que será realizada uma
222 Instrução Normativa (minuta será compartilhada com o CAEN) com orientações
223 sobre o bloqueio do acesso no SIGAA quando não ocorrer o lançamento da
224 frequência nos prazos estabelecidos. No prazo de sete dias após a aula, o docente
225 receberá um e-mail automático do sistema para lançamento da frequência. A partir
226 do e-mail, no prazo de cinco dias, o professor terá seu acesso bloqueado no SIGAA.
227 Na primeira vez em que ocorrer o bloqueio, o docente deverá apenas solicitar o
228 desbloqueio à chefia imediata, mediante justificativa. No caso de reincidência de
229 bloqueio, o professor será convocado para fazer o lançamento da frequência pela
230 gestão de ensino do *campus*. A princípio, o sistema não irá bloquear o ponto,
231 apenas as turmas virtuais no SIGAA.

232 2. PROEN no *Campus*: conforme reunião da equipe de gestão da PROEN,
233 estamos com problemas de ordem orçamentária e de organização de agenda
234 (haverá reunião com PROAD na próxima segunda-feira). Além disso, já estão
235 previstas a realização de algumas reuniões setoriais na Reitoria (p. ex., com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

236 Coordenações de Registros Acadêmicos). A proposta é fazer uma reunião nos
237 *campi* com outra dinâmica e com equipe reduzida, ou não fazer este ano.

238 3. Analice retomou o assunto sobre a frequência em relação ao
239 encaminhamento das bolsas da Assistência Estudantil, pois exige a frequência de
240 100%. Se o aluno tiver 75% de frequência já é o suficiente. Joze orientou que SR
241 formalize à PROEN para resposta (considerando a especificidade no *campus*).

242 4. Retornou-se à pauta da PROEN no *Campus*: SR entende importante manter
243 a ação incluindo, na reunião, as coordenações de cursos. Joze esclareceu que não
244 será previsto um momento específico para reuniões com todos os setores, tendo em
245 vista que não teremos condições de envolver toda equipe de gestão PROEN nesta
246 ação este ano. Dependendo da demanda de cada unidade, a PROEN se organizará
247 para ir e/ou responder cada pauta de acordo com cada setor. O CAEN posicionou-
248 se pela permanência da ação com um número reduzido de servidores da PROEN.
249 Para isso, é preciso incluir as datas no *google drive*. Além disso, os *campi* precisam
250 enviar previamente as principais demandas/dúvidas a serem trabalhadas no
251 encontro.

252 5. Em relação ao orçamento, foram mencionados possíveis cortes. No começo
253 do segundo semestre, possivelmente, será necessária a escolha em manter
254 pagamento de auxílio ou manter alimentação. Também será preciso rever a
255 manutenção dos Projetos de Ensino. Édison explicou que, em tese, o orçamento
256 está aprovado. Contudo, até junho, há um contingenciamento, visto que temos
257 somente 1/18 avos. É preciso aguardar a reunião com a PROAD, na próxima
258 segunda-feira, para ter o panorama Institucional.

259 6. Ação da SECOM para vídeo Institucional - gravação de atividade de um
260 projeto de ensino: SVS e SR se disponibilizaram a participar da ação. Joze
261 encaminhará contatos das Coordenações Gerais e Direções de Ensino destes dois
262 *campi* à SECOM.

263 7. Curricularização da extensão: minuta será tratada em reunião dia 15 de abril -
264 pedido para que Direções de Ensino participem/acompanhem o andamento dos
265 projetos piloto.

266 8. Solicitação para participação dos professores e alunos nas semanas
267 acadêmicas dos próprios cursos (considerando as 20 semanas semestrais).

268 9. SIG: contrato com a AVMB termina dia 06 de junho - andamento dos
269 Módulos: a) Monitoria (piloto com FW); b) Assistência Estudantil (piloto com JC).
270 Incentivar que docentes e estudantes acessem o sistema. O Módulo Diplomas não
271 está em andamento, devido ao aguardo na parametrização (primeiro será
272 implantado no IFRS). Sobre os planos de ensino, não há como realizar alteração
273 para que os registros no Diário de Classe não alterem o planejamento realizado no
274 Plano de Ensino. Por isso, é preciso salvar o PDF gerado quando é concluído o
275 Plano de Ensino do docente no início do semestre/ano.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

276 10. Analice retornou a questão das 18 (frente ao aluno) ou 20 semanas. Na
277 prática, alguns professores dos cursos de graduação, em junho, já não estão mais
278 dando aula. O pedido de SR e SVS seria igualar o cômputo, tanto da graduação
279 quanto dos técnicos, para 20 semanas (10 minutos a mais por período no PID).
280 Joze lembrou que esta definição está em nossas Diretrizes Institucionais e sugeriu
281 que, se esta for uma discussão que o grupo julgar pertinente, deverá ser levada
282 para discussão no momento de alteração das diretrizes. Édison esclareceu que os
283 registros no SIGAA, referentes à matriz curricular dos cursos (componentes
284 curriculares e CH), se espelham no PID. Portanto, não há como alterar CH das
285 disciplinas apenas para fins de registro no PID. O PID não faz a conversão, pois ele
286 puxa do SIGAA. No momento, não há mais como fazer customização. Essa
287 demanda teria que ser levada ao CODIR. Marcia, de FW, explicou o trabalho feito
288 pela CPPD, pedindo, nesta questão, compreensão da gestão.

289 11. A assessoria pedagógica de PB comentou que o SAP orienta os docentes em
290 relação aos registros no SIGAA, mas não sabe efetivamente como o sistema
291 funciona. Édison disse que isso pode ser feito dentro do ambiente de teste,
292 explicando os três sistemas existentes: teste, homologação e produção. O pedido
293 de acesso ao ambiente teste com o perfil de docente deve ser solicitado à TI do
294 *campus* pela Direção de Ensino.

295 12. Sobre envio de Memorando Eletrônico dos *campi*: quando um setor
296 específico do ensino dos *campi* enviar Memorando à PROEN, deve ter sempre a
297 autenticação da Direção de Ensino, além do responsável pelo setor, se for o caso.
298 Além disso, os memorandos que forem enviados pelos *campi*, mesmo que seja para
299 Direções ou Coordenações específicas da PROEN, devem ser enviados à PROEN,
300 em cópia para o setor, se for o caso.

301 13. Sobre as solicitações de Portaria para designação das coordenações: o
302 CAEN foi consultado sobre a possibilidade de redirecionamento ao que havia sido
303 definido pelo grupo, em relação à solicitação de portarias para as coordenações dos
304 *campi*, tendo em vista a implementação do memorando eletrônico. Diante disso, o
305 CAEN redefiniu que as Direções Gerais dos *campi* farão a solicitação das portarias
306 de coordenações diretamente ao Gabinete da Reitora (não mais à PROEN), mas
307 sempre em cópia para a PROEN. Sobre o período de vigência (validade) das
308 Portarias, precisa ser visto com a DGP (PROEN vai se informar com DGP).

309 14. Joze esclareceu o motivo pelo qual parou de encaminhar os dados do
310 SISTEC por e-mail, visto que os dados válidos para fins de acompanhamento da
311 permanência e êxito dos estudantes são os extraídos na Plataforma Nilo Peçanha
312 (PNP). Os dados do SISTEC servem, apenas, para um acompanhamento, tendo em
313 vista, por exemplo, as ações do PPE. Dados esses esclarecimentos, o CAEN
314 demonstrou interesse em continuar recebendo os dados do SISTEC por e-mail.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- 315 15. Discussão das alterações dos projetos de ensino e monitoria (Resoluções
316 CONSUP nº 45 e 46/2016) - ver necessidade de ajustes - prazo até dia 18 de abril
317 (incluir no edital a modalidade de monitoria voluntária).
- 318 16. Comunicados dos eventos: SEDI em outubro; MOBREC - vinda da
319 professora Sandra (PROEN está tentando agendar dia 06 de junho para fala sobre
320 BNCC); Enteci em Ijuí.
- 321 17. Por fim, Édison compartilhou os dados do Relatório de Gestão para o TCU
322 que comprovam, a partir dos dados da PNP, que os índices institucionais de evasão
323 e retenção diminuíram, aumentando conseqüentemente os índices de permanência
324 e êxito dos nossos estudantes, o que demonstra os resultados do nosso trabalho
325 com o PPE e nos desafia a continuar qualificando as ações do ensino.

CRONOGRAMA DE AÇÕES E IMPLEMENTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CURSOS TÉCNICOS DO IFFAR	
<i>Lei 13.415/2017, art. 12 – Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na Lei nº 9.394/96, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de homologação da BNCC, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da BNCC.</i>	
Data	Ações
Abril	Panorama/devolutiva das Direções de Ensino aos <i>campi</i> das decisões do CAEN, definidas na reunião dos dias 11 e 12 de abril, e apresentação do cronograma de ações e implementação das alterações nos Cursos Técnicos do IFFar.
Abril	Conversa das Direções de Ensino e assessoria pedagógica dos <i>campi</i> com os professores de espanhol e levantamento sobre os encaminhamentos para oferta (ou não) da língua (Disciplina eletiva ou optativa? Oferta pelo Centro de Idiomas - NAI?).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

13 de maio	Reunião do CAEN: Videoconferência - Finalização das Diretrizes Institucionais dos Cursos Técnicos do IFFar, a partir do <i>checklist</i> encaminhado aos <i>campi</i> . - Devolutiva dos Diretores de Ensino sobre as discussões nos <i>campi</i> sobre a oferta (ou não) da língua espanhola. - Apresentação da proposta metodológica para os Cursos PROEJA (Responsável: Cléia, a partir das discussões do GT).	
Abril a dezembro	Momentos formativos nos <i>campi</i> com coordenadores de cursos e docentes (DE/CGE/SAP/Coordenações).	de
Maio e junho (definir cronograma nos <i>campi</i>)	Discussão nos <i>campi</i> com os professores e elaboração de proposta, considerando o perfil profissional do curso. - Obrigatoriedade do português e matemática em TODOS os anos. - Inglês como língua estrangeira obrigatória. - Reorganização de oferta das disciplinas filosofia e sociologia (não há mais a obrigatoriedade de oferta em todos os anos do Ensino Médio; rever distribuição de períodos na matriz curricular).	
Maio e junho (as coordenações de cursos de mesma oferta deverão definir cronograma de reuniões)	Discussão <i>intercampi</i> com os coordenadores dos cursos e elaboração de proposta de currículo referência único para os cursos de mesma oferta, considerando o perfil profissional do curso.	
Até 30 de junho	Definição dos Currículos referência para os Cursos Técnicos de mesma oferta.	
Até 24 de agosto	Envio à PROEN das propostas de reformulação dos PPCs: Cursos Técnicos de oferta única ou até dois <i>campi</i> .	
17 e 18 de setembro	Formação com os coordenadores de Cursos Técnicos e Superiores na Reitoria.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

FW Márcia Rejane Kristiuk Zancan

JA Marlova Giuliani Garcia

JA Astor João Schonell Júnior

JC Silvia Regina Montagner

JC Cleonice Graciano dos Santos

PB Cléber Rubert

PB Alice Gebert

SA Marcia Schneider

SA Beatris Gattermann

SAN Andrea Pereira

SAN Andressa Peripolli Rodrigues

SR Analice Marchezan

SR Raquel Canova

SB Bianca Bueno Ambrosini

SB Guilherme Pivotto Bortolotto

SVS João Flávio Carvalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

SVS

Eliana Zen

UR

Gustavo Griebler

Outros participantes: conforme lista de presenças do encontro de estudo e formação sobre o Ensino Médio.